

SUH - Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais

- Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990.
- Lei ordinária nº 18508, de 5 de setembro de 2022 do Estado de Santa Catarina. (fissura labiopalatina – PCD)
- Lei ordinária nº 18.378, de 24 de maio de 2022 do Estado de Santa Catarina. (alteração de lei – Coronavírus)
- Lei ordinária nº 18.349, de 26 de janeiro de 2022 do Estado de Santa Catarina. (liberdade religiosa)
- Lei ordinária nº 18.322, de 5 de janeiro de 2022 do Estado de Santa Catarina. (violência contra a mulher)
- Decreto nº 1955, de 25 de maio de 2022 do Estado de Santa Catarina. (traslado de cadáver)
- Lei ordinária nº 18076, de 22 de janeiro de 2021 do Estado de Santa Catarina. (traslado de cadáver)
- Lei ordinária nº 18.305, de 27 de dezembro de 2021 do Estado de Santa Catarina. (concessão remunerada)
- Lei ordinária nº 17.292, de 19 de outubro de 2017 do Estado de Santa Catarina. (direitos da pessoa com deficiência)
- Lei nº 18.233, de 25 de outubro de 2021 do Estado de Santa Catarina. (acompanhante a PCD em ambiente hospitalar)
- Lei nº 18.231, de 25 de outubro de 2021 do Estado de Santa Catarina. (nome afetivo)
- Lei ordinária nº 18.209, de 21 de setembro de 2021 do Estado de Santa Catarina. (fator sanguíneo recém-nascidos)•Lei ordinária nº 18.157, de 12 de julho de 2021 do Estado de Santa Catarina. (equipamentos adequados ao atendimento de pessoas com obesidade grave)
- Lei nº 13.324, de 20 de janeiro de 2005 do Estado de Santa Catarina. (cartilha dos direitos do paciente)
- Lei nº 16.869, de 15 de janeiro de 2016 do Estado de Santa Catarina. (presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto)
- Lei ordinária nº 17928, de 7 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina. (Institui a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer)
- Lei ordinária nº 17907, de 27 de janeiro de 2020 do Estado de Santa Catarina. (cartaz especificando os direitos dos idosos em ambiente hospitalar)
- Lei nº 8.501, de 30 de novembro de 1992 (utilização de cadáver não reclamado)
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD)
- Lei nº 13.787, de 27 de dezembro de 2018 (digitalização do prontuário do paciente)

- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.(Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- Lei nº 14.737, de 27 de novembro de 2023 (amplia rol de direitos da gestante na Lei 8.080/90)
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista)
- Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da OAB)
- Código de ética da OAB
- Código de ética Médica (Resolução 1.931/2009 CFM)
- Resoluções do CFM (Ex.: Resolução 1.605/2000 – prontuário)
- Código de ética Enfermagem (Resolução 564/2017 COFEN)

LEI Nº 12.929, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2004

Institui o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 4272, DE 28 DE ABRIL DE 2006

Regulamenta o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, instituído pela lei nº 12.929, de 04 de fevereiro de 2004.

DECRETO Nº 826, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Decreto nº 4.272, de 2006, que “regulamenta o Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais, instituído pela Lei nº 12.929, de 4 de fevereiro de 2004”.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEA Nº 04 / 2021

Determinar que as Organizações Sociais que tenham contrato de gestão com o Estado de Santa Catarina implantem plataforma eletrônica composta de um conjunto de ferramentas que sistematizem os procedimentos de prestação de contas; permitam o controle, a fiscalização e a transparência da aplicação dos recursos públicos transferidos mediante contratos de gestão; e aprimorem e agilizem o acompanhamento e monitoramento econômico-financeiro e as informações assistenciais das unidades hospitalares, a fim de evidenciar com fidedignidade todas as operações e movimentações.

PORTARIA CONJUNTA Nº 647/SES de 30/06/2022 DIÁRIO OFICIAL - SC - Nº 21.808

Art. 1º - Instituir a Secretaria Executiva das Comissões de Avaliação e Fiscalização – SECAF - dos Contratos de Gestão celebrados entre o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e Organizações Sociais, para o gerenciamento de unidades de saúde.

PORTARIA Nº 2.395, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde(SUS).

DELIBERAÇÃO 291/CIB/2018 – RETIFICADA EM 26-05-2022

Fluxogramas de agendamento de consultas ambulatoriais após atendimento em serviço de emergência, ambulatório e alta hospitalar.

DELIBERAÇÃO 047/CIB/2016 – RETIFICAÇÃO Diretrizes para operacionalização das Centrais de Regulação Ambulatoriais no Estado de Santa Catarina

Segue legislação pertinente à área das Organizações Sociais, setores DSOS, GAEMC, GEMOS:

- Lei 12.929/2004 Institui o Programa de Organização em Santa Catarina
- Lei 18.806/2023 Extingue a Coordenadoria do Programa das OSs da Secretaria de Estado da Saúde
- Decreto 4.272/2006 (Dc.313/2015, 579/2016, 826/20149, 1233/2021) Regulamenta a Lei 12.929/2004
- Instrução Normativa TCE Estabelece critérios para organização de prestação de contas de recursos concedidos a qualquer título
- Instrução Normativa TCE Estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico.
- Instrução Normativa 04/2008 Procedimentos relativos à autorização de cedência de servidores públicos às Organizações Sociais
- Instrução Normativa 05/2008 Cedência de servidores públicos às Organizações Sociais
- Instrução Normativa 12/2020 Estipula a movimentação dos recursos das OSs em Banco Oficial (BB)
- Instrução Normativa 04/2021 Trata da implantação de plataforma eletrônica composta de um conjunto de ferramentas que sistematizem os procedimentos de prestação de contas e fiscalização (SIMAS e SIPEF)

Segue legislação pertinente à GEACR - Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados

Portaria nº 55 de 10 de Janeiro de 2018 – Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) e o Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (APURA SUS).

LEI Nº 16.160, de 7 de novembro de 2013 - Institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estimulo à Produtividade e à Atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

LEI Nº 16.465, DE 27 DE AGOSTO DE 2014 - Institui retribuições financeiras por desempenho de atividades finalísticas, dispõe sobre a Gratificação de Desempenho e Produtividade Médica (GDPM), institui gratificação especial, altera o art. 7º da Lei nº 11.496, de 2000, e estabelece outras providências.

LEI 15.080, DE 04 DE JANEIRO DE 2010 – Redefine os critérios de concessão da gratificação de desempenho e produtividade médica, dispõe sobre a indenização pela aplicação de procedimentos especiais nos serviços médicos complementares de média e alta complexidade e estabelece outras providências.

Medida Provisória 251/2022 – Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) para instituir o teste de dano e interesse público para estabelecer ônus ao agente público que negar informação à sociedade.

Medida Provisória 248/2021 – Tem por objetivo a melhoria estrutural dos serviços de saúde pública.

LEI Nº 16.160, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2013 – Institui o Plano de Gestão da Saúde, composto pelo Programa de Estimulo à Produtividade e à Atividade Médica, pelo Programa Estadual Permanente de Mutirões de Procedimentos Clínicos e Cirúrgicos Eletivos e pelo Programa de Profissionalização da Gestão Hospitalar.

DECRETO Nº 1.752, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022 – Dispõe sobre as normas de funcionamento do Plano de Gestão da Saúde (PGS) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 4, DE 15 JANEIRO DE 2015 – Dispõe sobre as normas de funcionamento do Plano de Gestão da Saúde (PGS) e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 78, DE 13 DE MARÇO DE 2015 - Altera dispositivos do Decreto nº 4 de 2015 e dispõe sobre as normas de funcionamento do PGS e outras providências.

DECRETO Nº 2170, DE 29 DE ABRIL DE 2014 – Altera e acresce dispositivos ao decreto nº 1945 de 2013.

DECRETO Nº 1945 DE 2013 – Dispõe sobre as normas de funcionamento do Plano de Gestão da Saúde (PGS) e estabelece outras providências Medida Provisória 228/2020 – Estabelece medidas temporárias a serem adotadas no âmbito da Secretaria de estado da Saúde (SeS) para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de corrente do corona vírus responsável pelo surto de 2019. Não há visões criadas para este recurso ainda.

Lei nº 18.007, de 2020 - Ficam fixados, no âmbito das unidades hospitalares e assistenciais sob gestão própria do Estado ou de organizações sociais, bem como da Central de Regulação de Internações Hospitalares, os valores da Retribuição por Produtividade Médica (RPM) devida aos servidores de que trata o art. 6º da Lei nº 16.160, de 2013, relativos ao período de apuração de 1º de julho de 2020 a 31 de março de 2022.

Lei nº 18.007/2020 – a partir de julho de 2020, os profissionais puderam optar pelo recebimento da RPM nos moldes de aferição de metas previstos na Lei nº 16.160/2013 e no Decreto nº 04/2015.

Lei nº 18381/2022 – Fica instituída a Retribuição por Gestão em Saúde (RGS), de natureza indenizatória, devida aos ocupantes dos cargos em comissão ou das funções gratificadas elencados nos incisos do caput do art. 12 desta Lei.

Lei 13996/2007 – Fica instituída, a partir de 1º de março de 2007, a Graficação de Desempenho e Produtividade Médica, devida aos servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Médico, lotados e em exercício nas unidades próprias de saúde sob gestão do Estado.